

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

1 -----Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito,
2 nesta vila de Bombarral e na sala de reuniões do edifício dos Paços do
3 Município, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de
4 Bombarral, com a presença do senhor Presidente da Câmara Ricardo
5 Manuel da Silva Fernandes, do senhor Vice-Presidente da Câmara Nuno
6 Alexandre Gomes Vicente, e dos senhores vereadores Patrícia Alexandra
7 Costa Pereira de Paula, Vítor Manuel Ferreira da Fonseca, José Manuel
8 Gonçalves Vieira, Nuno Manuel Mota Silva e Rosa Maria Bastos Gonçalves
9 Guerra. -----

10 -----Secretariou a reunião a assistente técnica Ana Rute Mil-Homens
11 Martins.-----

12 -----Pelas 15:00 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor
13 Presidente da Câmara. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

15 **0565. ATA N.º 20/2018:** Depois de lida e achada conforme, foi deliberado por
16 unanimidade dos membros presentes na reunião respectiva aprovar a ata
17 n.º 20/2018, respeitante à reunião ordinária do dia 25 de setembro. -----

18 **0566. ATA N.º 21/2018:** Depois de lida e achada conforme, foi deliberado por
19 unanimidade dos membros presentes na reunião respectiva aprovar a ata
20 n.º 21/2018, respeitante à reunião pública e ordinária do dia 09 de outubro. -

21 **DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

22 **0567. PARAGEM DAS OBRAS DO CANIL:** “Por despacho do Sr. Presidente da
23 CM do Cadaval, datado do dia 22 de Outubro de 2018, foi suspensa a obra
24 do Centro de Recolha Animal Intermunicipal, a contar de dia 15 do presente,
25 com o seguinte fundamento: *Foi encontrada uma camada de RSU fora da*
26 *área selada do aterro que inviabiliza a construção dos edifícios e vias de*
27 *circulação da forma e com as cotas previstas em projeto sem que seja feito*
28 *o saneamento do material encontrado e/ou alterada a localização da*
29 *edificação. Julgamos que faz sentido a suspensão da obra desde o dia 15*
30 *(inclusive), data em que foi assinalada à fiscalização a presença deste lixo*
31 *até que seja encontrada uma solução alternativa. O empreiteiro está desde*
32 *essa data a realizar sondagens na obra a fim de se verificar a real extensão*
33 *da presença dos RSU e a profundidade da camada. Mais informamos que a*
34 *quantidade de RSU encontrada é significativa e põe em causa o*
35 *prosseguimento dos trabalhos como estava previsto. Estamos neste*
36 *momento a estudar uma solução alternativa (que passará provavelmente*
37 *pelo saneamento das zonas afetadas de forma a retirar a camada de lixo e*
38 *por uma alteração das cotas de projeto de forma a minimizar a reposição de*
39 *terras limpas no local das retiradas) e a encontrar um destino final para os*
40 *resíduos a retirar..” -----*

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

- 41 **0568. LANÇAMENTO DO LIVRO “LUSASALÉM II”, DE DELMAR DOMINGOS**
42 **DE CARVALHO:** “O escritor Delmar Domingos de Carvalho apresentou, no
43 sábado, dia 13, a sua mais recente obra literária, intitulada “Lusasalém II”,
44 numa edição da associação MIL – Movimento Internacional Lusófono. A
45 sessão teve lugar no Auditório Municipal do Bombarral, tendo a abertura
46 ficado a cargo de mim próprio. A apresentação contou ainda com as
47 intervenções de Renato Epifânio, presidente do MIL, assim como do próprio
48 autor. A finalizar, todos os presentes tiveram oportunidade de assistir à
49 brilhante prestação do Coro Juvenil do Circulo de Cultura Musical
50 Bombarralense, dirigido pela Maestrina Fátima Cotrim.” -----
51 **0569. REUNIÃO COM A JUNTA REGIONAL DE LISBOA DO CNE:** “O
52 Presidente da Câmara recebeu os membros da Junta Regional de Lisboa
53 do CNE para uma reunião de avaliação das condições do Bombarral para
54 acolher o encontro regional de Escuteiros, com a designação de São Jorge,
55 e que poderá trazer à vila 6000 escutas, no dia 23 de abril de 2019. O
56 Agrupamento 516 do Bombarral, com o apoio do Município, concorre contra
57 duas alternativas: Mafra e Caldas da Rainha.” -----
58 **0570. PROTOCOLO COM O SCEB:** “No sentido de dar cumprimento a uma
59 pretensão antiga, o Município do Bombarral e o Sport Clube Escolar
60 Bombarralense assinaram dia 16 o protocolo de cedência, em regime de
61 não exclusividade, do Estádio e Pavilhão Desportivo Municipais, de modo a
62 legitimar a utilização destes equipamentos. O documento, assinado pelo
63 presidente da Câmara Municipal, Ricardo Fernandes, e pelo presidente da
64 direção do clube verde e amarelo, Jorge Silva, tem por objeto a definição
65 das regras e condições de cedência temporária destes dois recintos
66 desportivos, elencando os direitos e deveres de cada uma das entidades.” –
67 **0571. REUNIÃO COM OS ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS**
68 **DO BOMBARRAL:** “No passado dia 17, o Executivo reuniu com a Direção e
69 o Comando dos Bombeiros do Bombarral no sentido de se fazer o balanço
70 da fase Charlie e definir a forma de corresponder às necessidades mais
71 imediatas da corporação. Em jeito de conclusão foram acordados: Aumento
72 do valor do Protocolo Anual; Subsídio de carácter pontual para 2018;
73 Participação do Município em ações de angariação de fundos para
74 aquisição de nova ambulância.” -----
75 **0572. PRESENÇA NO CAMPEONATO DO MUNDO DE SURF:** “O Presidente
76 marcou presença, com os restantes Presidentes de Câmara do Oeste, no
77 terceiro dia de MEO Rip Curl Pro - Portugal, após a reunião do Conselho
78 Intermunicipal do Oeste, que teve lugar em Peniche.” -----
79 **0573. INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE INCUBAÇÃO DE TONDELA DO**
80 **GRUPO VALOURO:** “O presidente da Câmara Municipal do Bombarral

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

- 81 participou na inauguração do Centro de Incubação de Tondela do Grupo
82 Valouro, grupo empresarial do qual faz parte a Quinta da Freiria, no
83 concelho bombarralense. Totalmente destruída pelos incêndios que
84 atingiram a região centro do país em outubro do ano passado, a unidade foi
85 reconstruída de raiz, tendo sido inaugurada pelo Presidente da República,
86 Marcelo Rebelo de Sousa.” -----
- 87 **0574. EXPOSIÇÃO DE THOMAS SCHITTEK:** “Teve lugar, no passado sábado,
88 no Museu Municipal do Bombarral, a inauguração da exposição "Jangada",
89 da autoria do artista plástico Thomas Schittek. A mostra vai estar patente
90 até dia 25 de novembro.” -----
- 91 **0575. DIA MUNICIPAL DA IGUALDADE:** “Amanhã, dia 24 de outubro, o
92 Município do Bombarral vai comemorar o Dia Municipal da Igualdade, para o
93 qual convido os senhores vereadores a estarem presentes neste evento,
94 que conta com a seguinte programação: 10:00 - Cerimónia de Constituição
95 da Comissão Municipal para a Igualdade com o Presidente da Câmara
96 Municipal no Salão Nobre dos Paços do Município; 11:30 –
97 Apresentação/Workshop com Dra. Sandra Saleiro da Associação
98 Portuguesa de Estudos das Mulheres no Salão Nobre dos Paços do
99 Município; 14:30 "Arte com Género - Pintura de Mural" com Dubio Studio
100 C'Marie e Egrito na Praça do Município; "Onde é que eu fico? - Igualdade de
101 Género e Diversidade com a Associação Novo Mundo, no âmbito do
102 intercâmbio à Lituânia na Praça do Município; 16:15 - Momento Musical com
103 "Dudo Viola" na Praça do Município.” -----
- 104 ----- O senhor vereador Nuno Mota agradeceu o convite e disse que não
105 podia estar presente porque tinha compromissos já agendados amanhã na
106 cidade da Guarda.” -----
- 107 **0576. HALLOWEEN:** “Dia 31 de outubro espera-se mais uma grande noite na vila
108 do Bombarral com o Halloween 2018. Haverão diversas surpresas, sendo
109 que o programa contempla: 21:00 - Walk4Fun, Caminhada com partida da
110 Escola Secundária. Inscrições no Posto de Turismo e Quiosque São
111 Salvador (Largo da Igreja); 22:00 às 04:00 - Scary Party com Dj Gabi
112 Festa organizada pelo Rotary Club do Bombarral nos
113 Claustros do Palácio Gorjão; 23:59 – MidnightRun - Corrida com partida da
114 Praça do Município.” -----
- 115 **0577. JOVEM DO BOMBARRAL EM DESTAQUE NO CAMPEONATO DO**
116 **MUNDO DE KARATÉ:** “Dar os parabéns e relevar o desempenho da
117 karateca bombarralense Inês Carolo que esteve em grande destaque no
118 Campeonato do Mundo de Karaté na Rússia, com a conquista de duas
119 medalhas de bronze.” -----

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

- 120 **0578. BOA CAMA, BOA MESA:** “Informar que este programa pertencente à SIC e
121 ao Jornal Expresso esteve ontem a recolher imagens no Bombarral para um
122 episódio a apresentar brevemente. A escolha do Bombarral surge na
123 sequência dos contactos efetuados pelo Município aquando dos eventos da
124 quinzena gastronómica do Coelho e do Festival do Vinho, os quais não
125 foram possíveis de contemplar, tendo ficado a promessa de um programa
126 com destaque ao concelho logo que possível.” -----
- 127 **0579. ORÇAMENTO E GOP – REUNIÕES COM PARTIDOS REPRESENTADOS**
128 **NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Vai receber os partidos na quinta-feira,
129 sendo que os documentos lhes foram remetidos no dia de ontem. Após
130 receção dos contributos o documento será fechado para envio ao Executivo
131 na sexta, de modo a possibilitar a reunião na quarta-feira, no período da
132 manhã. -----
- 133 **DO SENHOR VEREADOR JOSÉ MANUEL VIEIRA:** -----
- 134 **0580. ORÇAMENTO PARA 2019 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO:** “O Sr.
135 Presidente acaba de informar que vai receber os partidos na quinta-feira e
136 que vai convocar uma reunião extraordinária para aprovação do Orçamento
137 para 2019 e Grandes Opções do Plano. Os vereadores da oposição não
138 são ouvidos para nada?” -----
- 139 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “de facto os documentos vão
140 já ser remetidos e portanto, terão como pode compreender tempo suficiente
141 para analisarem concretamente o que está plasmado nesses mesmos
142 documentos.” -----
- 143 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “mas a tempo de
144 colher alguma sugestão da nossa parte, ou está fechado?” -----
- 145 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “ao abrigo do estatuto da
146 oposição os documentos já seguiram para as duas bancadas que os
147 senhores representam na Assembleia, uma vez que aqui na Câmara nem
148 por isso, mas os documentos seguiram para os dois partidos.” -----
- 149 **0581. PARABENS A ATLETA QUE SE DESTACOU NO CAMPEONATO DO**
150 **MUNDO DE KARATÉ:** “Felicitemos também a karateca bombarralense,
151 Inês Carolo, pela brilhante conquista de duas medalhas de bronze no
152 campeonato do mundo de Karaté.” -----
- 153 **0582. REUNIAO COM A JUNTA NACIONAL DE LISBOA DO CNE:** “Fazemos
154 votos para que as condições apresentadas pelo Bombarral para acolher as
155 Comemorações do Dia de S. Jorge consigam que o evento venha para cá,
156 já que concorre com duas alternativas Mafra e Caldas da Rainha que são
157 concorrência forte.” -----
- 158 **0583. VISITA AO CANADÁ:** “A propósito da anunciada visita do Sr. Presidente ao
159 Canadá, para articular a preparação de uma ação de fundos a favor do

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

160 Bombarral, gostaria de saber se pensou na proposta apresentada pelo Sr.
161 vereador Nuno Mota, em nosso nome, para que esses fundos viessem a ser
162 canalizados para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do
163 Bombarral.” -----

164 **0584. MONUMENTO AO BOMBEIRO:** “Na passada quarta-feira, dia 17 de outubro
165 pelas 11 horas e 29 minutos, os vereadores da COLIGAÇÃO PPD/PSD –
166 CDS/PP, entregaram na Secretaria da Câmara Municipal, uma proposta
167 para a implantação de monumento público em homenagem à Associação
168 Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral. O seu conteúdo é o
169 seguinte: “Os Bombeiros Voluntários do Bombarral, têm tido ao longo de 94
170 anos de existência, a nobre missão de salvar e proteger pessoas e bens,
171 desempenhando estas nobres funções com zelo, competência e brilho, na
172 sua principal área de atuação, o Município do Bombarral. A sua atuação,
173 reconhecida superiormente, ultrapassa por vezes os princípios da sua
174 responsabilidade direta, entrando em campo sempre que solicitados pela
175 estrutura da Autoridade Nacional de Proteção Civil ou pelo próprio
176 Município. Esse esforço e abnegação dos “soldados da paz” do concelho do
177 Bombarral, merece um reconhecimento público, dos valores que todos
178 representam na defesa da comunidade. Tendo em conta o apoio e os
179 serviços prestados à região e ao país, mas sobretudo ao Concelho do
180 Bombarral, os vereadores do PPD/PSD e CDS/PP na Câmara Municipal,
181 vêm propor que seja feita uma homenagem merecida e justa, à Associação
182 Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral. A proposta assenta
183 na implantação de um monumento ao Bombeiro, a criar pelo Município do
184 Bombarral, podendo passar por um concurso de ideias ou por qualquer
185 outra forma que a Câmara venha a decidir e recomenda-se a sua
186 inauguração no feriado municipal (29 de junho) ou na comemoração do 95º
187 Aniversário da AHBV Bombarral (5 de outubro de 2019). O mesmo deverá
188 ser colocado num local nobre do concelho, como por exemplo a Rotunda da
189 Repsol, de forma a ser bem patente que a população do Bombarral e os
190 seus representantes, respeitam e honram a atividade corajosa dos seus
191 bombeiros e perpetuam a memória dos que perderam a vida, tendo-a
192 dedicado ao serviço dos outros. Bombarral, 23/10/2018. Os Vereadores da
193 Coligação PPD/PSD-CDS/PP. José Manuel Vieira, Rosa Guerra e Nuno
194 Mota.” Verificando que a mesma não surge na Ordem de Trabalhos, e
195 embora conhecendo o que está plasmado na Lei 75/2013, questiono o Sr.
196 Presidente sobre a razão pela qual a referida proposta não vem a esta
197 reunião.” -----

198 **0585. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO**
199 **BOMBARRAL:** “O Senhor Presidente disse que reuniu com o Comando e a

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

200 Direção dos Bombeiros, tendo sido acordado o potencial aumento do
201 protocolo anual. Qual foi o valor desse aumento? O Senhor Presidente
202 disse que reuniu com o Comando e a Direção dos Bombeiros, tendo sido
203 acordado o potencial aumento do protocolo anual. Qual foi o valor desse
204 aumento? É nosso dever e está no âmbito da nossa responsabilidade
205 enquanto autarcas, preocuparmo-nos com os nossos Bombeiros. Existe
206 uma forte relação entre os Bombeiros a Câmara Municipal e muitos dos
207 assuntos que configuram apoio do Município são debatidos nas nossas
208 reuniões. Enquanto vereadores pela COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS/PP,
209 reunimos com o Comando e a Direção da Associação Humanitária dos
210 Bombeiros Voluntários do Bombarral, justamente para nos prepararmos
211 para defender os interesses e anseios, daquela nobre e prestigiada
212 instituição, da melhor forma possível. Numa reunião bastante produtiva e
213 que decorreu de forma bastante cordial, foram debatidas questões
214 importantes, tais como: 1. Balanço da época de incêndios e necessidades
215 acrescidas, daí decorrentes; 2. Análise dos Protocolos com a Câmara
216 Municipal e as atualizações que se impõem; 3. Necessidades de apoios
217 pontuais; 4. Recrutamento de novos bombeiros; 5. Custos com pessoal; 6.
218 Investimentos necessários; 7. Perspetivas de candidaturas ao Portugal
219 2020. As respostas que recebemos nesta reunião, servirão de base para
220 que apresentemos e defendamos na Câmara Municipal, as melhores
221 propostas a favor desta instituição insubstituível. Para além de outros
222 assuntos que trazemos a esta sessão, sobre esta importante matéria,
223 deixaria desde já um importante alerta do Sr. Comandante Pedro Lourenço
224 e que tem a ver com a necessidade de limpeza das nossas matas e
225 abertura de caminhos de acesso. Foi-nos dito que antes do verão, na
226 reunião de preparação para a época de incêndios, foi solicitada a limpeza e
227 abertura de caminhos e a disponibilização de recursos humanos da Câmara
228 afetos aos bombeiros. E se a Câmara continua e bem a disponibilizar meios
229 humanos, quanto à prevenção nos terrenos, nada foi feito. Fica desde já o
230 alerta, até porque os caminhos são peça fundamental quer para o combate
231 quer para a passagem dos bombeiros em missões de socorro.” -----
232 **0586. REUNIÃO COM O STAL:** “Tendo o Sr. Presidente informado, na sessão
233 anterior, que reuniu com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da
234 Administração Local e Regional, sem ter adiantado qualquer pormenor,
235 questionamos quais as matérias abordadas, já que referiu que foram
236 importantes.” -----
237 **0587. RETÁBULO CAPELA S. BRÁS:** “Em setembro de 2017, na sequência do
238 projeto cultural de investigação, da responsabilidade do executivo por mim
239 liderado, descobriu-se o nome do autor da valiosa peça de arte, datada de

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

240 1638-39 que é o retábulo da Ermida de São Brás, composto por oito tábuas.
241 A atribuição da autoria desta obra de arte a Baltasar Gomes Figueira,
242 tornou-a de valor incalculável, como é referido no livro “Arte por Terras do
243 Bombarral” que publicámos na sequência deste programa de interesse
244 cultural concelhio. Para fazermos uma ideia da importância deste achado,
245 refira-se que Baltazar Gomes Figueira é um conceituado pintor do século
246 XVII, pai de Josefa de Óbidos, também ela autora de um quadro que integra
247 o património artístico do concelho, mais precisamente uma representação
248 de Santa Justa e Santa Rufina, que pode ser admirada na Capela da
249 Columbeira. Ambos estão atualmente representados no Museu do Louvre,
250 em Paris, França. O trabalho de investigação desta obra esteve a cargo do
251 Professor Vítor Serrão, um dos maiores especialistas nacionais de pintura
252 portuguesa renascentista, maneirista e barroca. Foi precisamente no dia 18
253 de setembro do ano passado que decidimos, dentro do sigilo que se
254 impunha, por questões de segurança, entregar o retábulo a um grupo
255 especializado no restauro de obras de arte. Dado os prazos definidos já
256 terão sido eventualmente ultrapassados, questiono o Sr. Presidente: para
257 quando o regresso à origem, deste tesouro que faz parte do espólio de
258 todos os bombarralenses? E em que moldes pensa instalar a obra na justa
259 medida em que são necessárias medidas de segurança ao mais alto
260 nível?”-----

261 **0588. CEMITÉRIO DE S. BRÁS:** “Tendo ido algumas vezes ao Cemitério de S.
262 Brás, não pude deixar de observar o bom trabalho que a equipa de
263 jardineiros contratada desenvolveu quanto ao arranjo dos arbustos que
264 abundam por toda a área. Sendo certo que a gestão do cemitério, está em
265 vias de passar para a competência da União de Freguesias Bombarral e
266 Vale Covo, a verdade é que este pelouro, ainda pertence à Câmara
267 Municipal. Tendo ficado toda a folhagem espalhada pelo chão e com o
268 vento a mesma suja as campas e os caminhos de passagem, recomendo
269 que resolvam esta situação, pois sem limpeza o brilho do trabalho ali
270 desenvolvido desvanece-se.” -----

271 **DO SENHOR VEREADOR NUNO MOTA:** -----
272 **0589. REITERAR PEDIDOS:** “Sr. Presidente, quero reiterar aqui os pedidos que já
273 tenho vindo a fazer nas últimas reuniões de câmara, nomeadamente a
274 assessoria à unidade orgânica de gestão financeira, os custos com o staff
275 político, o concurso da rotunda da Avenida Dr. Joaquim de Albuquerque, e
276 também, a questão do processo de averiguações que na altura foi, no
277 mandato anterior foi aberto e, portanto, perceber qual é o resultado. Senhor
278 Presidente, após consulta ao processo que os treze funcionários colocaram
279 contra o município, após a não atribuição de subsídio de turno, quer que

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

280 fique escrito em ata que se confirma aquilo que eu já tinha dito na reunião
281 de Câmara de 25 de setembro de 2018. Os funcionários requereram junto
282 dos recursos humanos, o subsídio de turno. Por sua vez, os recursos
283 humanos através das funcionárias Lénia e da doutora Cidália informaram o
284 vereador com o pelouro dos recursos humanos na altura, que os
285 funcionários não cumpriam os requisitos para terem direito ao subsídio de
286 turno, por isso foi-lhes recusado. Perante esta informação dos recursos
287 humanos não há nenhum político que decida em sentido contrário. Por isso,
288 a acusação que o Senhor Presidente fez na altura ao antigo executivo de
289 que houve má gestão, não corresponde à verdade, por isso requeremos
290 que seja instalado um processo de averiguações para apurar as
291 responsabilidades sobre esta matéria.” -----
292 **0590. UM ANO DE EXECUTIVO:** “Na tomada de posse, o senhor presidente da
293 Câmara anunciou que iria mandar fazer uma auditoria às contas da Câmara.
294 Pergunto ao senhor Presidente se já recebeu o relatório da auditoria.” -----
295 -----O senhor Presidente da Câmara disse “em relação à intervenção do
296 Senhor vereador José Manuel Vieira referente ao protocolo ou pelo menos à
297 questão do aumento do valor do protocolo em relação à Associação
298 Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral, dizer-lhe que, de
299 facto, é uma nobre e prestigiada instituição, nisso não há dúvida nenhuma e
300 por isso mesmo, é que nós aproveitamos e não perdemos tempo para fazer
301 todas estas situações de aumento de valor de protocolo anual, de subsídio
302 pontual também para 2018 e também o anúncio exatamente da questão da
303 angariação de fundos e não foi a oposição que a propôs que fosse para os
304 bombeiros assim que anunciei a angariação de fundos no Canadá mas,
305 podem ter a certeza absoluta que estava, como é lógico, no nosso horizonte
306 a ser anunciado. Aquilo que eu tenho a dizer relativamente a esta situação é
307 o porquê de no mandato anterior nunca terem desenvolvido tais
308 desideratos. Portanto, toda esta panóplia de situações que, neste momento,
309 colocam em relação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários
310 do Bombarral, eu interrogo-me sinceramente e procuro uma explicação e
311 não a consigo encontrar, sendo que no vosso executivo pretenderam de
312 uma forma que eu nem qualifico, baixar o protocolo em 50 por cento do
313 montante e repito cortar o protocolo em 50 por cento do montante atribuído,
314 o porquê de neste momento, uma vez que nós desenvolvemos todas as
315 situações em relação ao protocolo anual, aos subsídios de carácter pontual
316 e, de facto, também a angariação de fundos que se canalizará como não
317 podia deixar de ser, também para os Bombeiros Voluntários do Bombarral,
318 os senhores terem esta situação tão à flor da pele que eu próprio me
319 interrogo. Assim sendo, dizer também que, em relação à situação dos

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

320 incêndios e pelo menos da fase Charlie, a Câmara cedeu os meios
321 humanos e tudo estava montado com os nossos meios. Ainda agora com a
322 tempestade Leslie se provou que estávamos numa parceria extremamente
323 afinada com os nossos meios humanos e materiais, com os bombeiros e
324 também com a Guarda Nacional Republicana para enfrentar, ou pelo menos
325 minorar e minimizar os eventuais impactos dessa tempestade que, no caso
326 concreto, passou a norte do nosso concelho e nos deixou incólumes
327 perante a situação terrível vivida pelos concelhos da Figueira da Foz, Soure,
328 Coimbra e outros. Mais uma vez dizer que estávamos em particular afinação
329 e combinação, como não podia deixar de ser com os nossos bombeiros,
330 mas também dizer que nos terrenos nada foi feito é manifestamente um
331 exagero, porque, de facto assim se fez, e em articulação com o comando
332 dos bombeiros fizeram-se cortes na Roliça, no Pó, na Serra do Picoto, em
333 São Mamede e em mais sítios que, de facto, foram identificados como
334 extremamente urgente a nossa intervenção, isto foi feito e como tal, não
335 correu mal. Dizer-lhe também senhor vereador José Manuel Vieira e demais
336 vereação que, em relação ao STAL, pois o protocolo está mais ou menos
337 acabado, ou pelo menos para nós está acabado, com diversos pontos que
338 passarão a ser perfeitamente públicos e que estão discutidos também com
339 os demais Municípios no Oeste e foi de uma forma completamente
340 consentânea com todos que o documento foi elaborado. A seguir abordou
341 um assunto que para nós também é de uma extrema sensibilidade e
342 delicadeza, o retábulo, que conforme referiu através da sua preocupação e
343 a bem da segurança, que eu partilho inteiramente e sem dúvida nenhuma
344 que tivemos ainda recentemente aqui uma reunião com os nossos
345 especialistas locais que também iriam transmitir para quem está a tratar e a
346 fazer a guarda deste retábulo, porque já está de facto acabado o seu
347 restauro e, neste ponto, eu até passaria a palavra à senhora vereadora
348 Patrícia Costa Pereira que nos poderia ajudar mais neste raciocínio que foi
349 de alguma forma bem pensado, bem alicerçado.” -----
350 ----- A senhora vereadora Patrícia Costa Pereira disse “em relação a
351 esta questão do retábulo a propósito da reunião que tivemos aqui com os
352 especialistas locais, Dóris Santos, o Joaquim Manuel e a Dra. Vanessa que
353 é uma das técnicas que desenvolveu a recuperação do retábulo que neste
354 momento já se encontra terminado. Na recuperação do retábulo havia aqui
355 muita dúvida até por uma questão de alguma falta de conhecimento e, se
356 calhar, as opiniões que dávamos são basicamente baseadas no bom senso,
357 em que em que existe a dúvida de onde é que o retábulo deverá ser
358 colocado. Deverá voltar à origem? Deverá ficar no museu? e realmente o
359 feedback que nos foi dado é que realmente a peça deverá voltar ao local de

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

360 origem, mas, para isso terão que ser criadas, obviamente, as condições de
361 segurança e todas as outras que o mantenham, sem se deteriorar, mas, por
362 outro lado, também sabemos que não será de imediato porque irá exigir
363 obras no antigo local. O que se está pensado até à data, é que,
364 imediatamente, após a saída da exposição do Thomas Schitteck que está
365 neste momento no Museu, o retábulo venha e seja exposto durante um
366 determinado tempo no nosso museu e depois passe então para a capela,
367 voltando ao seu local de origem, sendo esta a orientação que nos foi
368 exprimida, como uma opinião que a nós nos parece também ser a mais
369 lógica.” -----
370 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “o decisor político aqui não
371 teve grande influência, os principais intervenientes nesta matéria são os
372 especialistas em obras deste tipo, em restauros. Dizer também que a
373 intervenção do senhor vereador Nuno Mota em relação à questão dos
374 subsídios de turno de instaurar um processo de averiguações sobre esta
375 matéria. Eu compreendo a sua situação. Tem razão é uma vicissitude do
376 poder político. Eu tive a oportunidade de verificar essa situação, e é uma
377 situação que é técnica, é jurista, que foi a tribunal, poderemos
378 eventualmente falar imenso sobre esta questão e eu compreendo a sua
379 preocupação, porque, de facto não são os executivos. Na altura não
380 disseram, expressamente “não vamos pagar” não disseram isso, eu sei
381 disso, a questão é uma questão política e a resolução política é que nos
382 pode calhar e que irá certamente em cima certas situações que nos caem
383 em cima, não tenho a mais pequena dúvida tem razão, é uma vicissitude
384 das nossas próprias funções. A partir daí, é uma questão jurídica ou
385 digamos, de tribunal e foi para tribunal e o tribunal decidiu condenando o
386 Município a pagar, a ressarcir melhor dizendo estes subsídios aos
387 trabalhadores, conforme poderá também imaginar nós próprios nesta fase
388 não poderíamos fazer tábua rasa disto e teríamos que, de facto, falarmos,
389 porque não havia outra maneira de fazer as coisas, mas é uma vicissitude
390 do poder político do executivo, sem dúvida nenhuma que alicerçado em
391 informações técnicas, muitas vezes, incorre nesta situação e de uma forma
392 completamente direta e seria e hipócrita se dissesse o contrário, de facto, é
393 daquelas coisas que nos cai em cima e nós nem sabemos muitas vezes
394 como é que é, de facto, é que caiu em cima e o Município foi sentenciado e
395 vamos ver agora em que montante. Senhor vereador, em relação à auditoria
396 que falou, dizer-lhe o seguinte: a auditoria é um procedimento normal que
397 se faz muitas vezes, quando há troca de executivos e, portanto, para se ver
398 em que situação se está em termos económico-financeiros e, como tal, é
399 um mecanismo não de controlo, mas muitas vezes o mecanismo de aferição

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

400 para ver em que situação estamos, essa auditoria está acabou, mas
401 aguardo o relatório final.” -----
402 ----- O senhor vereador Nuno Mota disse “senhor Presidente quer-me
403 dizer que já teve conhecimento e ainda não recebeu o relatório da auditoria,
404 é isso? Essa é a questão, se recebeu, se já tem conhecimento e já recebeu
405 mas não está em seu poder e o fará chegar mais tarde. Em relação à
406 intervenção do senhor Presidente fez na resposta ao senhor vereador José
407 Manuel Vieira em relação aos bombeiros, o anterior executivo nunca em
408 tempo algum baixou o protocolo dos bombeiros em 50 por cento, nunca.
409 Houve reuniões, houve conversações, houve dificuldades do município em
410 conseguir cumprir com aquilo que estava estipulado. e de qualquer das
411 formas o anterior executivo aumentou em cerca de 900 euros mensais o
412 protocolo do dos bombeiros, esta é a realidade.” -----
413 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “de facto, não estando
414 presente foi-me relatada toda essa situação em que o senhor Presidente na
415 altura no executivo referiu a pretensão de cortar em 50 por cento o valor do
416 protocolo apresentado. Eu sei que as pessoas muitas vezes, pois, ficam
417 desgostosos com aquilo que dizem, mas isso faz parte da vida e, portanto,
418 nessa medida dizer isso, senhor vereador Nuno Mota que esse aumento,
419 desse valor do protocolo, é de facto passado, não sei quantos anos o vosso
420 executivo, esteve sem aumentar um tostão sequer do valor do protocolo.
421 Nós conforme o senhor vereador disse e muito bem, faz exatamente hoje
422 um ano que tomámos posse e já estamos em conversações com
423 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral para o
424 aumento do valor do protocolo anual, mas também com um subsídio de
425 carácter pontual, e também com todas as conversações que estão em cima
426 da mesa para angariação de fundos, portanto, há aqui exatamente muito
427 trabalho em relação e com foco nos Bombeiros Voluntários do Bombarral e
428 eu digo-lhe mais, seria bom que por uma questão de decoro, que se
429 abstivessem de todas essas situações e todas essas indicações. Apenas
430 dizer que, de facto, estamos a fazer sempre todo o possível para que os
431 proveitos dos bombeiros, seja no valor do protocolo ou seja qualquer noutro
432 tipo de situação de carácter pontual ou não, estamos sempre com enfoque
433 nos nossos bombeiros, é nítida a certeza dessa situação.” -----
434 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “tivemos hoje aqui
435 conhecimento que a Auditoria à Câmara Municipal chegou ao seu termo,
436 pelo que queremos ser devidamente informados sobre as respetivas
437 conclusões. Solicitamos também o acesso ao relatório da empresa auditora,
438 para que possamos emitir a nossa opinião sobre o mesmo. O Sr. Presidente
439 ou seus vereadores nada têm que possam acusar na nossa relação com os

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

440 bombeiros e por isso é uma injustiça fazê-lo. Faço votos para que o Sr.
441 Presidente saia desta em que se meteu e digo isto porque já deve ter visto
442 no que está metido. Não vai ser fácil sair da mesma forma em que nós
443 saímos. de consciência perfeitamente tranquila e com a ideia do dever
444 cumprido face às circunstâncias difíceis que conseguimos ultrapassar, com
445 honestidade e trabalho, tendo deixado a situação financeira resolvida. O que
446 permitirá aos senhores poderem fazer mais e melhor. As nossas relações
447 com os bombeiros foram sempre as melhores e continuam da mesma
448 forma, assim os senhores as consigam manter ao mesmo nível. O diz que
449 disse não é nada, nada vale e não espelha a verdade. Não comparem as
450 dificuldades da altura com a situação atual. E o Sr. presidente se fica
451 desgostoso com o que diz ou se arrepende não atribua esse epíteto aos
452 outros. Valeu a pena e valera a sempre a pena continuar a propor e a
453 defender os bombeiros e é isso que vamos continuar a fazer.” -----
454 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “assim que for possível, os
455 senhores vereadores receberão a auditoria, ou o resultado pelo menos da
456 auditoria que será o relatório, como tal, está respondido.” -----
457 ----- O senhor vereador Nuno Mota disse “em relação à auditoria vai-me
458 desculpar, mas pelo silêncio que os senhores tem tido em relação a esta
459 matéria, faz-me crer que os resultados da auditoria não foram aqueles que
460 os senhores desejavam senão já tinha saído no jornal de campanha para
461 difamar o anterior executivo, senhor Presidente, ficava-lhe bem
462 politicamente publicar o resultado da auditoria ainda que não fosse a notícia
463 bombástica de que os senhores desejavam e mostrava que o senhor
464 Presidente não tinha nada a esconder e que se pautavam pelas
465 informações aos munícipes e pela verdade política. Outro assunto que eu
466 queria aqui abordar é que foram faladas aqui coisas em relação à minha
467 pessoa, enquanto eu tinha o pelouro da proteção civil e eu posso nunca ter
468 estado em nenhuma reunião de direção, mas o executivo esteve. Foi dito
469 pelos vários membros desta direção, pelo presidente da direção dos
470 Bombeiros na altura, e que felizmente já faleceu, pelo comando, por todos
471 os bombeiros, foi reconhecido na minha pessoa como o vereador mais
472 presente em todas as situações, eu estive presente sempre acompanhei
473 sempre, nunca estive ausente, aliás, como prova disso, coisa que nunca
474 tinha sido feita, fui convidado para vários almoços ou jantares onde não era
475 sequer suposto estar ninguém que pertence-se a um órgão político e eu
476 enquanto membro da Câmara fui sempre convidado, mais, os bombeiros
477 ofereceram-me um blusão da proteção civil, um equipamento de proteção
478 civil com o meu nome, foi oferecido pelos bombeiros que se juntaram e
479 organizaram-se e que me ofereceram como reconhecimento do meu

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

480 empenho, não foi a Associação de Bombeiros. Tenho a minha consciência
481 tranquila de que sempre cumpro com a minha missão.” -----
482 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “em relação a essa questão
483 de auditoria, aquilo que lhe posso dizer é que os considerandos a seu
484 tempo se saberão e a seu tempo o senhor vereador saberá toda essa
485 panóplia, não estejamos agora neste momento a antecipar sobre e a tecer
486 considerandos um pouco teóricos em relação a esta situação. Eu não tenho
487 dúvida e não quero aqui estar de uma forma gratuita e como arma de
488 arremesso do que é que se podemos ou não, é esse o meu estilo, é um
489 estilo direto e não faço considerandos teóricos, embora estranho que
490 responsável da proteção civil não estivesse nessas reuniões, mas isso
491 acredito perfeitamente naquilo que o senhor vereador me está a dizer de
492 estar sempre muito presente. Sobre o equipamento de proteção civil eu até
493 gostava de perguntar se deixaram algum equipamento ou algum colete,
494 porque, de facto, nós não temos e por acaso, devemos ser das câmaras
495 que nada herdou em termos de proteção civil.” -----
496 **DA SENHORA VEREADORA ROSA GUERRA:** -----
497 **0591. PROTEÇÃO CIVIL:** “Eu era responsável por este pelouro da Proteção Civil
498 e começaria esta reunião de câmara a dizer o seguinte, quando se falou
499 aqui na taxa do protocolo em menos cinquenta por cento, acho que estamos
500 aqui a justificar o injustificável, mesmo que tenha existido essa conversa, se
501 houve, eu não estava presente. Quando dá jeito, interessa o que se disse,
502 quando não dá jeito, não interessa o que se disse, temos que ter aqui bom
503 senso. Estive presente na reunião da Associação Humanitária dos
504 Bombeiros eu também ouvi dizer que não houve abertura de caminhos. O
505 senhor comandante disse para todos os que estávamos presentes que não
506 houve esse tipo de trabalho. E eu, considerando-me uma pessoa de bom
507 senso, disse que estava tranquila com todo o trabalho que fiz na proteção
508 civil no último mandato, mas não venho para aqui enaltecer aquilo que fiz.
509 Agora também é importante que deixe a parte de se estar sempre a
510 denegrir, voltarmos à parte séria e àquilo tudo que me deixou a mim, e aos
511 meus companheiros de coligação tranquilos. Nós iniciámos pela primeira
512 vez, um Plano Operacional Municipal que não existia. Nós tivemos pela
513 primeira vez um Plano Municipal de Emergência que também não tínhamos,
514 fizemos aberturas de caminhos, fomos intermediários, muitas vezes para
515 entrega de bens e houve uma série de equipamentos entregue aos
516 bombeiros que também que foi investimento do município. O senhor
517 Presidente já disse aqui uma vez com toda a pompa e circunstância que
518 sempre tinha ouvido dizer que a vereadora Rosa Guerra nunca tinha feito
519 trabalho e toda a gente sabia isso, está registado em ata. Nós não podemos

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

520 brincar com o trabalho dos outros, podemos sim encontrar as veracidades e
521 as não veracidades isso sim é uma situação, outra é estar a denegrir
522 constantemente o trabalho de muita gente séria como todos vós aqui estão,
523 eu não duvido da vossa seriedade, do que foi feito. Se nós temos bom
524 trabalho feito na proteção civil no Bombarral, senhor Presidente pode dar
525 continuidade a isso e Deus queira que assim seja e eu acredito que isso vá
526 acontecer, mas não vamos denegrir o mandato anterior, era muito injusto
527 estarmos aqui constantemente a justificar o injusticável, temos de ser
528 sérios, transparentes, planificadores, pôr tudo em cima da mesa e acreditar
529 no trabalho dos outros, porque há muitas coisas que passam a ser
530 continuadas aqui e bem. O senhor Presidente nunca me ouviu contrariar o
531 trabalho que está a ser feito. Se der continuidade também está a dar o seu
532 melhor, isto é que é importante dizer aqui, é que passamos aqui
533 constantemente a falar do mandato anterior, e chega uma altura que uma
534 pessoa também tem que se defender, porque eu não trago advogados de
535 defesa para aqui, portanto, eu acho que é importante que fique aqui
536 esclarecido. Também vou reforçar tal como os meus companheiros, mas
537 agora pessoalmente que estive no mandato no concelho e município de
538 Bombarral e estou muito tranquila. Falo da proteção civil e no que diz
539 respeito à proteção civil houve boa harmonia, desenvolveu-se um bom
540 trabalho e isso foi reconhecido na última reunião, porque também se não
541 fosse seria injusto, como será injusto com o presente mandato, portanto,
542 nós estamos a dar o nosso melhor se cumprimos aquilo que podemos, se
543 encontramos as melhores soluções para poder adiantar alguma coisa de
544 bem e para mais para a Associação Humanitária dos Bombeiros que são
545 uma causa nobre que todos sabemos e devemos reconhecer, e não só
546 apenas, quando precisamos.” -----
547 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “relativamente à abertura dos
548 caminhos, se não houve alguma abertura é porque, de facto não foi
549 solicitado, porque é um ato pura e simplesmente operacional e de forma
550 que se não houve, de facto, não foi solicitado. Quanto ao Programa
551 Operacional Municipal, não havia, lamento imenso, mas quero dizer-lhe que
552 embora não fosse propriamente o seu partido em coligação, mas estava há
553 vinte e quatro anos no poder. Relativamente a este assunto, muito
554 sinceramente, eu não me recordo de alguma vez lhe ter dito que não fez
555 nada.” -----
556 ----- O senhor vereador Nuno Mota acusou a receção dos documentos
557 referentes à empreitada da construção da rotunda da Avenida Dr. Joaquim
558 de Albuquerque, mas falta o cronograma do procedimento da plataforma. ---
559

PARA CONHECIMENTO

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

560 **0592. PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL PARA A**
561 **IGUALDADE:** O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento da
562 seguinte proposta de Constituição da Comissão Municipal para a Igualdade:
563 Considerando que: 1) A igualdade entre Homens e Mulheres e a não
564 discriminação em função do género é um princípio fundamental consagrado
565 na Constituição da República Portuguesa em que a Câmara Municipal de
566 Bombarral também assume o seu papel na promoção, prossecução e
567 garante desse princípio. 2) A implementação de Planos Municipais para a
568 Igualdade está prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que
569 estabelece o regime jurídico das autarquias locais, nomeadamente na
570 alínea q) do nº 2 do seu artigo 23.º, nos termos da qual compete à Câmara
571 Municipal assegurar a integração da perspetiva de género em todos os
572 domínios de ação do Município, designadamente, através da adoção de
573 Planos Municipais para a Igualdade. 3) De acordo com as orientações
574 preconizadas no Plano Municipal para a Igualdade, que foi presente à
575 reunião da Câmara Municipal de Bombarral em 12/07/2017, foi designado
576 um grupo de trabalho para dar execução às medidas previstas,
577 considerando-se prioritário estabelecer um modelo que, para além das
578 garantias legais, preveja também resoluções para as novas realidades e
579 desafios laborais e sociais, por forma a promover-se uma cultura
580 comprometida com a igualdade de género, de uma forma real e efetiva,
581 através de um conjunto de medidas, entre as quais, o incentivo à
582 concertação de mecanismos de conciliação das responsabilidades
583 profissionais com a vida familiar e a promoção de uma cultura de
584 corresponsabilidade que visam eliminar obstáculos tradicionais que,
585 persistindo, dificultam uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres.
586 4) Cabe às conselheiras e aos conselheiros locais para a igualdade, entre
587 outras funções: assegurar a cooperação do Município com a Comissão para
588 a Cidadania e Igualdade de Género; acompanhar e dinamizar a execução
589 das medidas de política local na perspetiva de género; acompanhar e
590 dinamizar a implementação das medidas previstas nas estratégias locais de
591 promoção da igualdade, nomeadamente o Plano Municipal para a
592 Igualdade, e de prevenção da violência doméstica e outras formas de
593 discriminação; pronunciar-se e apresentar propostas concretas de ação
594 relativamente ao impacto de medidas de natureza administrativa,
595 regulamentar ou outras que o município pretenda prosseguir nos domínios
596 transversalizados da educação para a cidadania, da igualdade e não
597 discriminação, da proteção da maternidade e da paternidade, da conciliação
598 da vida profissional, pessoal e familiar de homens e mulheres, do combate à
599 violência doméstica e outras formas de discriminação; e divulgar

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

600 informações sobre a igualdade de género. 5) Nos termos da Resolução do
601 Conselho de Ministros n.º 39/2010, de 25/05/2010, que estabelece o Quadro
602 de referência do Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para
603 a Igualdade, a nomeação das conselheiras e os conselheiros locais para a
604 igualdade é feita por despacho do presidente da câmara municipal, de entre
605 pessoas com perfil adequado, bem como conhecimento e experiência da
606 realidade local e nas matérias de igualdade e combate à discriminação.
607 Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal do Bombarral tome
608 conhecimento, no uso da competência prevista na alínea q) do nº 2 do
609 artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à
610 Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da constituição da Comissão Municipal
611 para A Igualdade, com a seguinte composição (Vereador/a que tutela a área
612 da igualdade; Conselheiro/a para a Igualdade; Membros de todos os setores
613 da Câmara Municipal): • Patricia Pereira – Vereadora que tutela a
614 área; • Cidália Santos – Conselheira para a Igualdade e representante
615 do Setor de Recursos Humanos; • Marina Piteira – representante do Setor
616 de Ação Social e Saúde; • Rute Azevedo – representante do Setor de
617 Ação Social e Saúde; • Raquel Pedro – representante do Setor de
618 Atendimento, Expediente Geral e Licenciamentos Diversos; • Joaquim
619 Roque – representante do Setor de Qualidade Administrativa; • Paulo
620 Coelho – representante do Setor de Comunicação e Relações Públicas do
621 Gabinete de Apoio à Presidência; • Márcia Carvalho – representante do
622 Setor de Planeamento e Gestão Urbanística; • Cláudia Manso –
623 representante do Setor de Cultura; • Cláudia Silva - representante do Setor
624 de Cultura e Turismo; • Rui Peres – representante do Setor de Proteção
625 Civil; • Goreti Oliveira – representante do Setor de Educação, Desporto
626 e Juventude.” -----

ORDEM DO DIA

- 627
- 628 **0593. PEDIDO DE PAGAMENTO EM OITO PRESTAÇÕES – ABASTECIMENTO**
629 **DE ÁGUA EM NOME DE MARIA TERESA DE JESUS MOTA FELIZ:** Foi
630 deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o pedido de pagamento
631 em oito prestações – abastecimento de água em nome de Maria Teresa de
632 Jesus Mota Feliz. -----
- 633 **0594. PEDIDO DE PAGAMENTO DE ÁGUA NO 1.º ESCALÃO – ISABEL MARIA**
634 **ABRANCHES FONSECA:** Foi deliberado por unanimidade e em minuta
635 aprovar o pedido de pagamento de água no 1.º escalão à senhora Isabel
636 Maria Abranches Fonseca. -----
- 637 **0595. PEDIDO DE PAGAMENTO DE ÁGUA NO 1.º ESCALÃO – ALBERTO**
638 **ORLANDO DA SILVA:** Foi deliberado por unanimidade e em minuta

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

639 aprovar o pedido de pagamento de água no 1.º escalão ao senhor Alberto
640 Orlando da Silva. -----
641 **0596. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO À CPCJ:** Foi
642 deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta do
643 senhor Presidente da Câmara: “Considerando, os termos do ponto 2.3.4.3
644 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, que
645 aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, poderá ser
646 autorizado, por parte do órgão executivo, em caso de reconhecida
647 necessidade, a constituição de fundos de maneiio, para pagamento de
648 despesas urgentes e inadiáveis; Considerando, que também deverá ser
649 autorizado pelo referido órgão, o responsável pela utilização do fundo;
650 Atendendo ainda, que o fundo de maneiio das Comissões de Proteção das
651 Crianças e Jovens é assegurado pelos respetivos Municípios responsáveis;
652 Proponho que a Câmara delibere, aprovar o montante de € 307,00
653 (trezentos e sete euros) destinado à constituição do fundo de maneiio da
654 Comissão de Proteção das Crianças e Jovens, até ao final do ano 2018,
655 sendo a responsável pelo fundo, a Técnica Superior Rute Correia, sendo
656 este repartido pelas seguintes classificações económicas: 0102/02012199-
657 Aquisição de Bens 200,00€; 0102/02022599 – Aquisição de Serviços
658 107,00€.” -----
659 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse: “Sr. Presidente, da
660 forma que nos foi apresentada a proposta francamente vínhamos
661 preparados para votar contra e passo a explicar. Dada a importância das
662 Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, conhecidas por CPCJ, na
663 proteção e defesa das crianças e jovens, pertencentes a algumas famílias
664 que passam, por vezes, imensas dificuldades em cumprir o seu papel,
665 somos absolutamente a favor que sejamos parceiros e intermediários
666 financeiros dos valores transferidos do Orçamento de Estado para a CPCJ,
667 via Município. Aqui se inserem naturalmente todos os valores protocolados,
668 incluindo o fundo de maneiio. Contudo, perante os documentos inicialmente
669 apresentados para aprovação da atribuição do fundo de maneiio, ficámos
670 com sérias dúvidas da legalidade desta proposta, porquanto não nos foram
671 entregues quaisquer documentos que atestem que os procedimentos
672 financeiros foram acautelados. Não existia até ao momento, no processo,
673 nem informação financeira, nem cabimento, sendo estes requisitos apenas
674 apresentados agora. Se não fossem apresentados estes requisitos legais, a
675 pretensão tornar-se-ia ilegal e teríamos de votar contra. Mas não podemos
676 deixar de mostrar o nosso desagrado já que só agora veio o cabimento.
677 Mais uma vez dá-se conhecimento dos assuntos em cima do joelho,
678 provando que não existe planeamento. Os vereadores da COLIGAÇÃO

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

679 PPD/PSD – CDS/PP lamentam que mais uma vez, sejam presentes para
680 aprovação da Câmara matérias importantes, mas desprovidas do suporte
681 legal para serem aprovadas, como se impunha. No caso concreto, não
682 foram anexados a proposta quaisquer documentos que fundamentem e
683 preencham os requisitos legais da mesma. Apenas em cima da decisão da
684 proposta nos foi apresentada a respetiva informação financeira e a devida
685 cabimentação, requisitos legais obrigatórios, pois sem ela a pretensão
686 tornava-se ilegal. Dada a importância desta aprovação para a CPCJ não
687 vamos levantar obstáculos. Lembro, entretanto, que não respondeu à
688 questão sobre não ter entrado, nesta ordem de trabalhos a nossa proposta
689 de homenagem aos bombeiros através da implantação de um monumento.”-
690 ----- O senhor Presidente da Câmara disse que a vossa relação à vossa
691 proposta, não chegou a tempo de ser incluída nesta reunião de Câmara,
692 mas poderá ser incluída, como é lógico, na próxima reunião extraordinária a
693 ter lugar na próxima quarta-feira de manhã.” -----
694 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “de facto, como referi,
695 a proposta deu entrada na quarta-feira, dia 17/10 às 11h29m com o pedido
696 de ser apresentada nesta reunião de dia 23 e lamento que não lhe tenha
697 sido imediatamente entregue. Embora a Lei n.º 75/2013, no seu art. 53º,
698 refira que os assuntos a incluir na ordem de trabalhos, devem ser indicados
699 pelos titulares do órgão, 5 dias uteis antes, no caso de reuniões ordinárias e
700 8 dias uteis antes nas sessões extraordinárias, lembro o Sr. Presidente que
701 já condescendemos várias vezes, no sentido de viabilizar matérias
702 consideradas importantes e inadiáveis pelo executivo liderante.” -----
703 **0597. PEDIDO DE VISTORIA AO ABRIGO DO D.L. N.º 307/2009 NA REDAÇÃO**
704 **DADA PELA LEI N.º 32/2012, PROCESSO N.º 2/18/05 EM NOME DE**
705 **CRISTINA BATISTA ONOFRE GARRIDO:** Apreciado o processo n.º
706 2/18/05 em nome de Cristina Batista Onofre Garrido, datado de 05.09.2018
707 e a ficha de avaliação do nível de conservação do edificado referente a uma
708 moradia, emitida pelo perito, verificou-se que o estado de conservação é
709 péssimo, tendo a cobertura de um dos volumes implantados no prédio
710 colapsado, expondo o seu interior às condições climatéricas, não conferindo
711 assim as funcionalidades a que estava destinada. Foi deliberado por
712 unanimidade e em minuta notificar a requerente dando-lhe conhecimento da
713 avaliação do imóvel. -----
714 **0598. PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO**
715 **PROGRAMA VALORIZAR:** Foi apresentada a seguinte proposta pelo
716 senhor Presidente da Câmara: “Considerando: 1) Que, no âmbito das
717 atribuições e competências do Município de Bombarral, conferidas pelo
718 Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

719 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente as previstas nas alíneas r) e u)
720 do nº 2 do art. 23.º, compete à Câmara Municipal colaborar no apoio a
721 programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da
722 administração central, bem como apoiar atividades de natureza social,
723 cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o
724 município; 2) Que o Turismo de Portugal, no âmbito do Programa Valorizar,
725 sinalizou o Turismo Militar como produto emergente e, por conseguinte,
726 objeto de sinalização de prioridade de investimento ao abrigo deste
727 programa; 3) Que diversos municípios se envolveram de forma responsável
728 e comprometida na dinamização de uma rede nacional dedicada
729 exclusivamente à promoção turística da temática das Invasões Francesas;
730 4) Que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra se encontra
731 numa posição privilegiada para liderar o projeto de constituição da Rede
732 Territorial Associada às Invasões Francesas, envolvendo um conjunto de
733 territórios piloto, sendo a mesma objeto de candidatura ao Programa
734 Valorizar; 5) Que as Invasões Francesas que marcaram o início do séc. XIX
735 implicaram de forma direta e indireta diversas localidades a nível nacional;
736 6) Que as Invasões Francesas, pelas condições e circunstâncias em que
737 ocorreram, marcaram significativamente o país do ponto de vista político,
738 sociocultural e também económico, sendo que estas marcas se
739 perpetuaram no tempo; 7) Que estes acontecimentos (Invasões Francesas)
740 são ainda e recorrentemente assinalados e recriados em diversas latitudes
741 do território nacional, de modo a assinalar e perpetuar estes
742 acontecimentos; 8) Que a Estratégia Turismo 2027 definiu o Turismo Militar
743 como produto emergente e ao qual se reconhece particular potencial de
744 desenvolvimento. Assim, o período histórico associado às Invasões
745 Francesas, tal como os Templários em Portugal, os Descobrimentos, e a I
746 Guerra Mundial, foi assinalado como uma das âncoras estruturais do
747 produto Turismo Militar, que tem no Ministério da Defesa Nacional, dada a
748 sua natureza, a entidade seminal desta nova oferta turística. 9) Que, para o
749 efeito, o Ministério da Defesa Nacional e o Turismo de Portugal encetaram
750 um processo de auscultação intensivo e de envolvimento permanente com
751 diversos municípios, que de forma direta e/ou indireta têm procurado
752 preservar as memórias destes acontecimentos, através de recriações
753 históricas, e de manifestações de diversa índole, da criação de espaços de
754 informação e interpretação sobre esta temática, entre outras iniciativas. 10)
755 Que a rede temática das Invasões Francesas integrará a Rede Nacional de
756 Turismo Militar, a qual desenvolverá uma plataforma agregadora à escala
757 nacional contemplando todos os eixos temáticos, com mecanismos de
758 monitorização, a cargo do futuro centro de competências para o Turismo

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

759 Militar. 11) Que, com o presente protocolo, visam as partes intervenientes
760 assegurar a operacionalização e a boa execução da candidatura
761 apresentada à Linha de apoio à Valorização Turística do Interior da
762 responsabilidade do Turismo de Portugal (em anexo) 12) Não sendo, ainda,
763 possível nesta fase determinar o valor máximo que cabe a cada município
764 uma vez que o mesmo depende da aprovação da candidatura e, em caso
765 afirmativo, da determinação do montante financiado, informa-se, no entanto,
766 a título meramente indicativo, que o investimento total candidatado é de
767 430.00,00 euros, sendo a percentagem do financiamento de 70% (com o
768 limite máximo de 300.000,00 euros), sendo previsível que, caso tudo seja
769 considerado como elegível, o montante não participado seja de
770 130.000,00 euros, competindo a cada município o investimento de
771 10.000,00 euros. Assim, apenas com a aprovação da candidatura será
772 possível fixar o compromisso da participação de cada Município, que
773 constará de adenda ao presente Protocolo. Proponho que a Câmara
774 Municipal do Bombarral delibere, no uso das competências previstas nas
775 alíneas r) e u) do nº 2 do art. 23.º do Regime Jurídico das Autarquias
776 Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a
777 celebração de PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO
778 PROGRAMA VALORIZAR, conforme minuta em anexo.” (Anexo I) -----
779 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “não querendo por em
780 causa a pertinência e valia da Linha de Apoio à Valorização Turística do
781 Interior, preciosa ajuda na valorização do património e dos recursos
782 endógenos das regiões, através do desenvolvimento de novos serviços
783 turísticos, no contexto específico o turismo militar; lembramos que o que se
784 propõe aqui, envolve uma participação do Município do Bombarral, no valor
785 de 10.000 euros, investimento absolutamente aceitável face ao elevado
786 interesse do projeto na sua globalidade. Somos absolutamente a favor do
787 protocolo, mas temos de levantar aqui de novo, questões legais que
788 suportem a proposta. É que, perante os documentos apresentados para
789 disponibilização desta verba, ficamos também com sérias dúvidas da
790 legalidade desta proposta, porquanto não nos foram entregues quaisquer
791 documentos que atestem que os procedimentos financeiros foram
792 acautelados. Não existe no processo, nem informação financeira, nem
793 cabimento, pelo que se não forem apresentados estes requisitos legais, a
794 pretensão torna-se ilegal e teremos de votar contra.” -----
795 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “no ponto 12, está espelhada
796 essa situação: Não sendo, ainda, possível nesta fase determinar o valor
797 máximo que cabe a cada município uma vez que o mesmo depende da
798 aprovação da candidatura e, em caso afirmativo, da determinação do

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

799 montante financiado, informa-se, no entanto, a título meramente indicativo,
800 que o investimento total candidatado é de 430.00,00 euros, sendo a
801 percentagem do financiamento de 70% (com o limite máximo de 300.000,00
802 euros), sendo previsível que, caso tudo seja considerado como elegível, o
803 montante não participado seja de 130.000,00 euros, competindo a cada
804 município o investimento de 10.000,00 euros. Assim, apenas com a
805 aprovação da candidatura será possível fixar o compromisso da
806 participação de cada Município, que constará de adenda ao presente
807 Protocolo.” -----
808 ----- Foi deliberado por maioria, com quatro a favor votos do PS e três
809 votos contra da Coligação PPD/PSD – CDS/PP aprovar a proposta de
810 protocolo de cooperação no âmbito do programa valorizar. Esta proposta foi
811 aprovada por unanimidade em minuta. -----
812 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira fez a seguinte declaração de
813 voto vencido: “Os vereadores da COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS/PP
814 lamentam que reiteradamente, sejam presentes para aprovação da Câmara
815 matérias importantes sem qualquer suporte legal para serem aprovadas,
816 como se impunha. No caso concreto, não foram anexados a proposta
817 quaisquer documentos que fundamentem e preencham os requisitos legais
818 da mesma. Não existindo no processo, a respetiva informação financeira e a
819 devida cabimentação, requisitos legais obrigatórios, e apesar da alínea que
820 referiu e não assume responsabilidade sobre ela a pretensão torna-se
821 ilegal, motivo que justifica o nosso voto contra.” -----
822 **0599. AUTORIZAR A CORRECÇÃO DA DATA NO CABEÇALHO DA ATA N.º**
823 **19/2018 DE 14 DE SETEMBRO DE 2018:** Foi deliberado por unanimidade e
824 em minuta autorizar a correção da data no cabeçalho da ata número
825 dezanove de 2018, onde se lê “ata n.º 19/2018 – Reunião pública e
826 ordinária do dia 2019.09.14” passe a ler-se “ata n.º 19/2018 – Reunião
827 pública e ordinária do dia 2018.09.14” -----
828 **0600. PROPOSTA À CÂMARA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**
829 **EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS**
830 **VOLUNTÁRIOS DO BOMBARRAL:** O senhor vereador José Manuel Vieira
831 apresentou a seguinte proposta: “Considerando a relevância dos Bombeiros
832 Voluntários do Bombarral, no contexto da Proteção Civil Municipal, bem
833 como no apoio prestado com verdadeiro espírito de abnegação, à região e
834 ao país; Considerando que no período 2017/2018 houve um fluxo anormal
835 de incêndios que exigiu um esforço adicional por parte da associação;
836 Considerando que houve um aumento significativo de despesas com
837 combustíveis e desgaste de material e viaturas; Os vereadores do PPD/PSD
838 e CDS/PP na Câmara Municipal, vêm propor que seja atribuído um subsídio

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

839 extraordinário, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do
840 Bombarral, no montante de 6.500,00 (seis mil e quinhentos euros), devendo
841 ser executados para tal, todos os procedimentos contabilísticos, legalmente
842 estabelecidos.” -----
843 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “Esta proposta, na
844 nossa opinião, depende essencialmente de vontade política e da
845 sensibilidade de todos nós que compomos a Câmara, para as dificuldades
846 acrescidas que os bombeiros tem sofrido nos últimos tempos. É indiscutível
847 que no período 2017/2018 houve um fluxo anormal de incêndios que exigiu
848 um esforço adicional por parte da associação, havendo implicitamente um
849 aumento significativo de despesas com pessoal, combustíveis e desgaste
850 de material e viaturas. A proposta de atribuição deste subsídio pontual ou
851 extraordinário, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do
852 Bombarral, no montante de 6.500,00 (seis mil e quinhentos euros), é
853 fundamentada por essa necessidade e também na tabela dos valores dos
854 subsídios gerais as demais associações de cujo regulamento os Bombeiros
855 estão fora. Consideramos que os outros protocolos de apoio são
856 estabelecidos com base na cooperação do funcionamento da instituição e
857 este apoio será mesmo extra para suprir necessidades pontuais. No
858 regulamento de atribuição de subsídios não há nada que iniba a atribuição
859 pontual, como a estamos a propor.” -----
860 ----- O senhor Vereador Vítor Fonseca comunicou ao senhor Presidente
861 da Câmara nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento
862 Administrativo, encontrar-se impedido de intervir na discussão do ponto
863 0600, por força do artigo 44.º do referido Código, pelo que o senhor
864 Presidente da Câmara declarou interdita a sua intervenção neste ato. -----
865 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “que este subsídio
866 extraordinário é extemporânea esta proposta apresentada pela coligação,
867 uma vez que este subsídio estava há muito combinado com a Associação
868 Humanitária dos Bombeiros Voluntários Bombarral, a intenção é boa. Não a
869 podemos deixar de entender, como tal, sendo que apenas é extemporânea,
870 porque já estava calculado e, portanto, para ser atribuído esse mesmo
871 subsídio de carácter pontual e combinado anteriormente, certamente,
872 perguntarão não será com este montante específico e isso seria
873 coincidência a mais.” -----
874 ----- O senhor vereador Nuno Mota disse “chegou-nos que efetivamente
875 o atual executivo tinha prometido aos bombeiros um subsídio em abril um
876 subsidio no valor de quatro mil euros, foi a informação que nos chegou a
877 nós e, até à data, efetivamente não aconteceu para fazer face às
878 dificuldades e nós entendemos apresentar esta proposta. Penso que é a

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

879 intenção de todos, reitero isto, porque efetivamente é o melhor para os
880 bombeiros que tenham condições para funcionar, porque continuarem a
881 desenvolver a atividade que eles tanto fazem em prol do Bombarral.” -----
882 ----- O senhor Presidente da Câmara disse que em abril foi efetuado o
883 diálogo com os Bombeiros, não foi prometido para abril. -----
884 ----- Foi deliberado com três votos contra do PS e três votos de
885 abstenção da Coligação PPD/PSD-CDS/PP reprovam a proposta de
886 atribuição de subsídio extraordinário à Associação Humanitária dos
887 Bombeiros Voluntários do Bombarral. -----
888 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira fez a seguinte declaração de
889 voto vencido “a nossa abstenção foi com base no facto de não terem sido
890 criadas condições contabilistas para aprovar a proposta, o que nos deixou
891 claramente a indicação de que a mesma não mereceria a vossa aprovação.
892 Esperávamos essa resposta não favorável a esta proposta, mas satisfaz-
893 nos saber que está em preparação uma atribuição deste subsídio. Sobre as
894 questões legais, chamo a atenção para o facto de que nós dizemos
895 claramente na proposta que deve o executivo liderante providenciar todos
896 os procedimentos contabilísticos, legalmente estabelecidos. Ora,
897 verificamos que não trazem a esta sessão qualquer processo de
898 viabilização financeira para o mesmo, o que denota claramente falta de
899 vontade política para abraçar esta proposta que, segundo a lei 75/2013 no
900 seu artigo 33º é da competência inequívoca deste órgão autárquico. Os
901 vereadores da COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS/PP constatarem e lamentam
902 que com frequência o executivo liderante da responsabilidade do PS,
903 menospreze, reprove e nem sequer se dê ao trabalho de analisar
904 seriamente as propostas que os seus parceiros de executivo lhes
905 apresentam. Fazem do exercício autárquico, um campo de batalha onde os
906 valores da oposição são para abafar e abater. Com isto perde-se a
907 possibilidade de trabalharmos de forma coletiva e enfraquece-se a equidade
908 das medidas tomadas pelo executivo.” -----
909 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “no caso do subsídio de
910 carácter pontual eu não poderia ficar incólume à situação de discricção nesta
911 declaração de voto do senhor vereador José Manuel Vieira, que quer
912 relativamente a esta questão dirimir estas questões no campo de batalha
913 político, então aí desculpe que lhe diga, mas tenho que dizer o seguinte: se
914 os senhores tiveram oito anos no executivo, nos dois executivos anteriores
915 e nunca aprovaram um subsídio proposto pela oposição é preciso alguma
916 falta de discernimento estar a ouvir esta sua declaração de voto. Deixe-me
917 acabar para sublinhar que o senhor vereador nem deixa acabar as frases e
918 deturpa completamente aquilo que eu estou a dizer aos senhores. O senhor

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

919 vereador de uma forma intempestiva, brusca, interrompeu as palavras do
920 Presidente da Câmara, portanto, dizer que isto nunca aconteceu e o senhor
921 refere que isto não serve tudo no campo de batalha político, digo-lhe uma
922 coisa, digo uma coisa que é preciso, de facto, ter algum, enfim, falta de
923 discernimento para apresentarem uma proposta e para fazerem uma
924 declaração de voto conforme fizeram.” -----
925 ----- Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento
926 Administrativo, o senhor vereador Vítor Fonseca retirou-se da reunião,
927 regressando após a discussão e votação do ponto onde se encontrava
928 impedido. -----
929 **0601. PROPOSTA À CÂMARA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**
930 **EXTRAORDINÁRIO AO SPORT CLUBE ESCOLAR BOMBARRALENSE:**
931 O senhor vereador José Manuel Vieira apresentou a seguinte proposta:
932 “Considerando que a prática de atividades desportivas, contribui para o bem-
933 estar e saúde dos bombarralenses; Considerando que o Sport Clube Escolar
934 Bombarralense, é a principal associação promotora de várias modalidades
935 desportivas, nas quais participam algumas centenas de pessoas, das mais
936 diversas idades; Considerando que o edifício-sede da associação é uma mais
937 valia para a sua intensa atividade; Considerando que o referido imóvel, tem
938 sido alvo de diversas obras de manutenção e que as mesmas precisam de
939 continuidade; Os vereadores do PPD/PSD e CDS/PP na Câmara Municipal,
940 vêm propor que seja atribuído um subsídio extraordinário, ao Sport Clube
941 Escolar Bombarralense, no montante de 3.000,00 (três mil euros), devendo ser
942 executados para tal, todos os procedimentos contabilísticos, legalmente
943 estabelecidos.” -----
944 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse: “Estamos perante
945 mais uma proposta, que depende essencialmente de vontade política e da
946 sensibilidade de todos nós vereadores que compomos a Câmara, para
947 ajudar as dificuldades desta grande instituição bombarralense. O Sport
948 Clube Escolar Bombarralense, é a principal associação promotora de várias
949 modalidades desportivas, nas quais participam algumas centenas de
950 pessoas, das mais diversas idades; A proposta tem em conta que o edifício-
951 sede da associação, sendo uma mais valia para a sua intensa atividade e
952 tendo sido alvo de diversas obras de manutenção, a precisarem de
953 continuidade, implica a necessidade de reforço nos apoios dados à
954 instituição. A proposta de atribuição deste subsídio pontual ou
955 extraordinário, ao SCEB, no montante de 3.000,00 (três mil euros), é
956 fundamentada por essa necessidade premente. Aqui, da mesma forma que
957 na proposta anterior, sobre as questões legais, chamo a atenção para o
958 facto de que nós dizemos claramente na proposta que deve o executivo

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

959 liderante providenciar todos os procedimentos contabilísticos, legalmente
960 estabelecidos. Ora, também aqui verificamos que não trazem a esta sessão
961 qualquer processo de viabilização financeira para o mesmo, o que denota,
962 mais uma vez e de forma clara e inequívoca, uma tremenda falta de vontade
963 política para ir além do que é obrigatório e primário, e que neste caso,
964 segundo a lei 75/2013 no seu artigo 33º é da competência inequívoca deste
965 órgão autárquico. Essa falta de vontade e a não preparação com os
966 elementos necessários limitam o voto a favor.” -----
967 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “considerando que, de facto,
968 a prática de atividades desportivas contribui para o bem-estar e saúde dos
969 bombarralenses e considerando o facto que o Sport Clube Escolar
970 Bombarralense é a principal associação promotora de várias modalidades
971 desportivas, nas quais participam algumas centenas de pessoas,
972 considerando que o edifício sede da associação é uma mais valia para a
973 sua intensa atividade e que o referido imóvel tem sido alvo de diversas
974 obras de manutenção e que as mesmas puseram continuidade, estamos
975 completamente de acordo com essa situação e dizer mais que, de facto,
976 muito mais do que atribuir este subsídio extraordinário, temos feito nós
977 desde que tomámos posse exatamente faz hoje um ano ao atribuir além do
978 que era habitual em termos de equipamentos, também toda a panóplia de
979 transportes, sistematicamente, utilizando para além da viatura, propriamente
980 dita, o motorista, o combustível e o dinheiro para portagens que era coisa
981 que não era prática nesta Câmara Municipal no passado, e sendo assim
982 mais do que atribuir estes pura e simples três mil euros de subsídios, já
983 foram atribuídos mais do que isto sem dúvida nenhuma. Isto como é lógico,
984 será compaginado numa forma de subsídio, ordinário e normal, mas para o
985 ano de 2019.” -----
986 ----- O senhor vereador Nuno Mota disse “senhor Presidente, acabou de
987 intervir no sentido de dizer que vão ter atenção a esta a situação das obras,
988 mas vão atribuir um subsídio completamente à parte do valor daquele que é
989 o subsídio do protocolo?” -----
990 ----- O senhor Presidente disse “ainda não está a ser estudado a forma
991 de atribuir os subsídios nessa situação para as obras, a seu tempo assim se
992 fará a análise e terá como é lógico resposta sobre essa matéria.” -----
993 ----- Foi deliberado com quatro votos contra do PS e três votos de
994 abstenção da coligação PPD/PSD-CDS/PP reprovam a proposta de
995 atribuição de subsidio extraordinário ao Sport Clube Escolar Bombarralense.
996
997 -----Pelos 16:55 horas foi a reunião encerrada e lavrada a presente ata,
998 que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

999 termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo
1000 Presidente do Órgão e pela funcionária Municipal que a lavrou. -----

1001

1002

O Presidente da Câmara

1003

1004

1005

1006

A funcionária

1007

1008

1009

1010

1011

ANEXO I

1012

1013

1014

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA VALORIZAR

1015 Considerando:

1016

1017

a) Que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra apresenta uma
1018 experiência acumulada associada à temática das Invasões Francesas;

1019

1020

b) Que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é líder de uma
1021 consórcio ibérico e, neste contexto, se encontra a executar uma candidatura
específica sobre a temática das Invasões Francesas;

1022

1023

c) Que as Invasões Francesas que marcaram o início do séc. XIX implicaram
1024 de forma direta e indireta diversas localidades a nível nacional;

1025

1026

d) Que as Invasões Francesas, pelas condições e circunstâncias em que
1027 ocorreram, marcaram significativamente o país do ponto de vista político,
sociocultural e também económico, sendo que estas marcas se perpetuaram no
tempo;

1028

1029

e) Que estes acontecimentos (Invasões Francesas) são ainda e
1030 recorrentemente assinalados e recreados em diversas latitudes do território
nacional, de modo a assinalar e perpetuar estes acontecimentos;

1031

1032

f) Que a Estratégia Turismo 2027 definiu o Turismo Militar como produto
1033 emergente e ao qual se reconhece particular potencial de desenvolvimento. Assim,
o período histórico associado às Invasões Francesas, tal como os Templários em
1034 Portugal, os Descobrimentos, e a I Guerra Mundial, foi assinalado como uma das
1035 âncoras estruturais do produto Turismo Militar, que tem no Ministério da Defesa
1036 Nacional, dada a sua natureza, a entidade seminal desta nova oferta turística.

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

1037 g) Que, para o efeito, o Ministério da Defesa Nacional e o Turismo de Portugal
1038 encetaram um processo de auscultação intensivo e de envolvimento permanente
1039 com diversos municípios, que de forma direta e/ou indireta têm procurado preservar
1040 as memórias destes acontecimentos, através de recriações históricas, e de
1041 manifestações de diversa índole, da criação de espaços de informação e
1042 interpretação sobre esta temática, entre outras iniciativas.

1043 h) Que a rede temática das Invasões Francesas integrará a Rede Nacional de
1044 Turismo Militar, a qual desenvolverá uma plataforma agregadora à escala nacional
1045 contemplando todos os eixos temáticos, com mecanismos de monitorização, a cargo
1046 do futuro centro de competências para o Turismo Militar.

1047 i) Que o Turismo de Portugal, no âmbito do Programa Valorizar, sinalizou o
1048 Turismo Militar como produto emergente e, por conseguinte, objeto de sinalização
1049 de prioridade de investimento ao abrigo deste programa;

1050 j) Que diversos municípios se envolveram de forma responsável e
1051 comprometida na dinamização de uma rede nacional dedicada exclusivamente à
1052 promoção turística da temática das Invasões Francesas;

1053 k) Que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra se encontra
1054 numa posição privilegiada para liderar o projeto de constituição da Rede Territorial
1055 Associada às Invasões Francesas, envolvendo um conjunto de territórios piloto,
1056 sendo a mesma objeto de candidatura ao Programa Valorizar.

1057

1058 Entre,

1059 1.º - A **Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra**, pessoa coletiva n.º
1060 508354617, com sede na Rua do Brasil, n.º 131, 3030-175 Coimbra, neste ato
1061 representada pelo Exmo. Secretário Executivo Jorge Brito;

1062 2.º - A **Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o**
1063 **Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras**,
1064 composta pelos municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte
1065 Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, , pessoa coletiva n.º com sede , neste
1066 ato representada pelo Exmo. ;

1067 3.º - O **Município de Almeida**, pessoa coletiva n.º 506625419, com sede na Praça
1068 da Liberdade, 6350-130 Almeida, neste ato representada pelo Exmo. Presidente da
1069 Câmara Municipal António José Monteiro Machado;

1070 4.º - O **Município de Mortágua**, pessoa coletiva n.º 506855368, com sede na Rua
1071 Dr. João Lopes de Moraes, 3450-153 Mortágua, neste ato representada pelo Exmo.
1072 Presidente da Câmara Municipal José Júlio Henriques Norte;

1073 5.º - O **Município de Mealhada**, pessoa coletiva n.º 506792382, com sede no Largo
1074 do Município, 3054-001 Mealhada, neste ato representada pelo Exmo. Presidente
1075 da Câmara Municipal Rui Manuel Leal Marqueiro;

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

1076 6.º - O **Município de Penacova**, pessoa coletiva n.º 506657957, com sede no Largo
1077 Alberto Leitão, n.º 5, 3360-341 Penacova, neste ato representada pelo Exmo.
1078 Presidente Humberto José Baptista Oliveira,

1079 7.º - O **Município de Lourinhã**, pessoa coletiva n.º 502177101, com sede na Praça
1080 José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, neste ato representada pelo Exmo.
1081 Presidente João Duarte Anastácio Carvalho;

1082 8.º - O **Município de Bombarral**, pessoa coletiva n.º 506800580, com sede na
1083 Praça do Município, 2540-046 Bombarral, neste ato representada pelo Exmo.
1084 Presidente Ricardo Manuel Silva Fernandes;

1085 9.º - O **Município de Elvas**, pessoa coletiva n.º 501272968, com sede na Rua
1086 Isabel Maria Picão, 7350-953 Elvas, neste ato representada pelo Exmo. Presidente
1087 Nuno Miguel Fernandes Mocinha;

1088 é aceite o presente acordo, celebrado pelos fundamentos aqui anunciados e que
1089 contém as obrigações a que os seus outorgantes se vinculam.

1090 **Cláusula 1.ª**

1091 **Objeto**

1092 O presente protocolo visa assegurar a operacionalização e a boa execução da
1093 candidatura apresentada à Linha de apoio à Valorização Turística do Interior da
1094 responsabilidade do Turismo de Portugal.

1095 **Cláusula 2.ª**

1096 **Objetivos**

1097 1. O desenvolvimento do projeto compreende a estruturação de uma rede temática
1098 ancorada nas invasões francesas de forte expressão territorial, tendo a ambição de
1099 se expandir, a curto e a médio/ longo prazo, para outras latitudes do território
1100 nacional, conferindo maior dimensão e robustez a esta rede;

1101 2. Entre a entidade líder e os copromotores aqui representados reiteram-se os
1102 compromissos que renovam a ambição de aprofundar a cooperação institucional
1103 com a importância acrescida de implementar este projeto nos respetivos territórios,
1104 competindo aos mesmos servir de ponte com os parceiros privados nos respetivos
1105 territórios.

1106

1107 **Cláusula 3.ª**

1108 **Entidade Líder**

1109 A CIM RC é o Entidade Líder, à qual compete:

1110 a) Assegurar a coordenação e gestão global da operação;

1111 b) Lançar os procedimentos de contratação pública inerentes à
1112 contratualização das diversas componentes da candidatura;

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

1113 c) Cumprir e fazer cumprir as obrigações decorrentes da celebração do
1114 contrato de financiamento com o Turismo de Portugal;

1115 d) Assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira da candidatura e
1116 garantir a concretização dos seus objetivos;

1117

1118 e) Comunicar aos demais copromotores toda a informação necessária para a
1119 gestão e execução do projeto;

1120 f) Ser o interlocutor único e em representação dos copromotores junto das
1121 Autoridades Competentes no âmbito da presente candidatura, nomeadamente o
1122 Turismo de Portugal;

1123 g) Remeter aos restantes Outorgantes email com cópias das despesas
1124 incorridas no âmbito dos referidos estudos, sendo suficiente o recibo de entrega,
1125 logo que os mesmos sejam considerados em ordem para pagamento;

1126 h) Monitorizar e acompanhar as intervenções dos copromotores.

1127

Cláusula 4.ª

Repartição dos Custos

1130 1. Tendo em conta que o objeto da candidatura está ancorado exclusivamente
1131 em ações de natureza imaterial e de carácter transversal a todos os municípios que
1132 integram esta primeira fase de estruturação da rede, acordam as partes que o custo
1133 da componente não financiada (comparticipação não financiada e montantes
1134 considerados não elegíveis) pelo Programa Valorizar será suportado exclusivamente
1135 pelos municípios (outorgantes 3.º a 9.º) e pelo 2.º outorgante.

1136 2. O valor em causa será repartido em partes iguais por todos os municípios
1137 que integram este protocolo (outorgantes 3.º a 9.º) bem como pelos municípios que
1138 compõem o 2.º outorgante (Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte
1139 Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira).

1140 3. Compete aos municípios (outorgantes 3.º a 9.º) e ao 2.º outorgante (em
1141 representação dos municípios que a compõem - Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra,
1142 Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira) reembolsar a
1143 Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra após notificação desta no
1144 seguimento da apresentação dos comprovativos de despesa.

1145 4. Os outorgantes 2.º a 9.º comprometem-se a transferir para a Entidade Líder, num
1146 prazo máximo de 30 dias seguidos, os montantes que lhe cabem nos termos da
1147 presente cláusula, começando o prazo a contar a partir do dia seguinte após o envio
1148 dos elementos constantes da al. g) da cláusula 3ª.

1149

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

1150 **Cláusula 5.ª**

1151 **Obrigações dos Copromotores**

1152 Sem prejuízo da repartição dos custos estatuída na Cláusula anterior, são
1153 obrigações dos Copromotores, as seguintes:

1154 a) Disponibilizar recursos humanos, materiais e equipamentos que se
1155 mostrem necessários à boa execução do projeto;

1156 b) Divulgar as ações constantes da candidatura junto dos públicos-alvo,
1157 entidades específicas e demais organizações envolvidas nas mesmas;

1158 c) Estabelecer ligação com as entidades locais e regionais que cuja
1159 intervenção seja necessária à prossecução das ações constantes da candidatura;

1160 d) Proceder às alterações regulamentares e procedimentais que se mostrem
1161 necessárias ao desenvolvimento das ações previstas;

1162 e) Responder atempadamente às solicitações de informações, assim como
1163 disponibilizar toda a documentação necessária que lhes seja solicitada pela
1164 entidade líder;

1165 f) Executar as ações que se revelem essenciais para a execução da
1166 candidatura nos termos e nos prazos propostos;

1167 g) Transferir para a Entidade Líder os montantes que lhe couberem, nos
1168 termos da cláusula segunda.

1169 h) Assumir a responsabilidade em caso de qualquer irregularidade
1170 ocasionada por informação transmitida.

1171 i) Suportar as eventuais correções financeiras decorrentes do não
1172 cumprimento das obrigações constantes do contrato de financiamento, por motivo
1173 que lhe seja imputável.

1174 **Clausula 6ª**

1175 **Natureza do Documento**

1176 Os Outorgantes acordam entre si que o presente documento tem força contratual e
1177 poderá, como tal ser executado em caso de incumprimento.

1178 **Cláusula 7.ª**

1179 **Vigência e Produção de Efeitos**

1180 O presente Protocolo de Cooperação começa a produzir efeitos à data da sua
1181 assinatura e mantém-se em vigor até ao integral cumprimento das obrigações dele
1182 emergentes.

1183
1184 O Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

1185

1186 _____
(Jorge Brito)

ATA N.º 22/2018 – Reunião ordinária do dia 2018.10.23

- 1187
1188 O Presidente da Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o
1189 Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras
1190
1191 ()
1192
1193 O Presidente da Câmara Municipal de Almeida
1194
1195 (António José Monteiro Machado)
1196
1197 O Presidente da Câmara Municipal de Mortágua
1198
1199 (José Júlio Henriques Norte)
1200
1201 O Presidente da Câmara Municipal de Mealhada
1202
1203 (Rui Manuel Leal Marqueiro)
1204
1205 O Presidente da Câmara Municipal de Penacova
1206
1207 (Humberto José Baptista Oliveira)
1208 O Presidente da Câmara Municipal de Lourinhã
1209
1210 (João Duarte Anastácio Carvalho)
1211
1212 O Presidente da Câmara Municipal de Bombarral
1213
1214 (Ricardo Manuel Silva Fernandes)
1215
1216 O Presidente da Câmara Municipal de Elvas
1217
1218 (Nuno Miguel Fernandes Mocinha)
1219